jornalpovo.online

Jornal POVO

Desde 1989

PRESIDENTE: Rogério Sant'Ana | VICE PRESIDENTE: Luiz Guedes

O POVO É NOSSO!

R$1

QUINTA-FEIRA 07
DE MAIO DE 2020
ANO V -Nº2381

# Ministério Público recomenda lockdown no RJ

Foto: Divulgação

Pág 3

Polícia

## Crise na Polícia Federal será argumento contra federalização do Caso Marielle

Pág 5

Polícia

## Polícia investiga se 'pega' levou a atropelamento e morte de menino de 12 anos na Barra, Rio

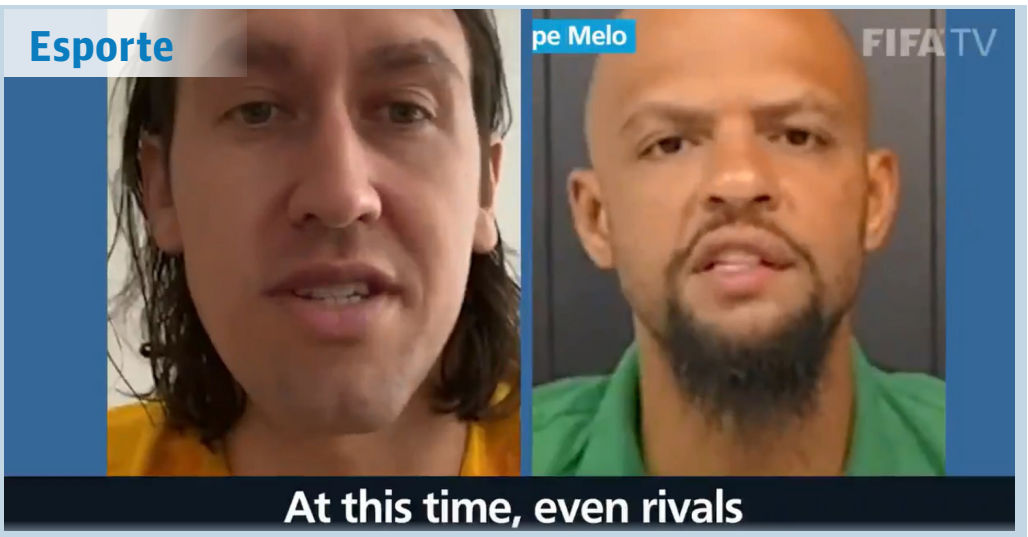
Pág 2

Geral

## Campo Grande passa Copacabana e Bangu e lidera mortes pela covid-19 na capital

Pág 3

Esporte




## Manifesto dos jogadores é ambíguo quanto ao retorno, mas é explícito contra projeto de lei de Arthur Maia

Pág 3

Geral

## Menino de 4 anos morre com suspeita de Covid-19

Pág 3

Mudança

# Rolando põe Tacio Muzzi para chefiar PF no Rio, área de interesse de Bolsonaro

O delegado Tacio Muzzi deve assumir a Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro após o atual chefe da corporação fluminense Carlos Henrique Oliveira ser convidado por Rolando Alexandre de Souza para a direção-executiva da PF. Atualmente Tacio Muzzi é Delegado Regional Executivo da PF do Rio e já atuou interinamente à frente da corporação fluminense durante a crise no ano passado. Além disso, coordenou trabalhos de repressão à criminalidade econômica e crime organizado e acumula passagem pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Muzzi chefiou a PF como interino em 2019 após crise envolvendo o antecessor de Oliveira no comando da corporação, o delegado Ricardo Saadi. Foi quando Bolsonaro tentou trocar o superintendente da corporação fluminense pela primeira vez e acabou gerando atrito com então ministro Sérgio Moro e o diretor-geral da corporação, Maurício Valeixo.

Leia: Bolsonaro queria escolher superintendente da PF no Rio, disse Moro em depoimento

Mineiro e doutor em Direito Empresarial pela Universidade Federal de Minas, Muzzi foi Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e Diretor-adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), órgãos ligados ao MJSP.

O delegado tem uma larga experiência e a fama entre seus pares de "competente e honesto".

Leia: Novo diretor-geral da Polícia Federal troca chefe da corporação no Rio

Muzzi deverá assumirá a vaga deixada por Oliveira, que será o número dois do novo diretor geral, Rolando Alexandre de Souza.

Um dos primeiros atos do novo chefe da PF, após sua posse na segunda, 4, em cerimônia a portas fechadas e não divulgada que durou 20 minutos, foi trocar o comando da superintendência da corporação no Rio. A promoção de Oliveira foi vista por delegados como uma forma "estratégica" de mudar o comando da PF fluminense.

A troca da superintendência, área de interesse do presidente Jair Bolsonaro e seus filhos chegou até a entrar no radar dos investigadores que apuram suposta interferência do presidente da República na corporação. A decisão de Rolando é argumento em ação que pede a suspensão imediata de sua nomeação.

Ao anunciar sua saída do governo Jair Bolsonaro, Moro acusou o presidente de suposta interferência política na PF envolvendo trocas na Diretoria-Geral e em superintendências regionais da corporação. "O problema é que nas conversas com o presidente e isso ele me disse expressamente, que o problema não é só a troca do diretor-geral. Haveria intenção de trocar superintendentes, novamente o do Rio, outros provavelmente viriam em seguida, como o de Pernambuco, sem que fosse me apresentado uma razão para realizar esses tipos de substituições que fossem aceitáveis", disse Moro, ao pedir demissão do governo.

No último sábado, em longo depoimento que prestou na Polícia Federal em Curitiba, Moro disse que recebeu mensagem pelo aplicativo WhatsApp do Presidente da República, cobrando a substituição do Superintendente do Rio de Janeiro. O ex-ministro relatou que a mensagem tinha, mais ou menos o seguinte teor: "Moro você tem 27 Superintendências, eu quero apenas uma, a do Rio de Janeiro."

Foto: Isac Nóbrega/PR

Rolando Alexandre de Souza ao tomar posse como diretor-geral da Polícia Federal

# Regina Duarte apresenta a Bolsonaro planos para a cultura em reunião no Palácio do Planalto

O presidente Jair Bolsonaro recebeu nesta quarta-feira (6) a secretária Especial da Cultura, Regina Duarte, para uma reunião no Palácio do Planalto.

A reunião se deu um dia após o governo reconduzir o maestro Dante Mantovani para a presidência da Funarte (Fundação Nacional de Artes) e, horas depois, anular a nomeação. O nome de Mantovani se tornou conhecido por causa de um vídeo em que ele associou o rock ao satanismo.

Assim como a secretaria comandada por Regina, a Funarte é vinculada ao Ministério do Turismo.

O ministro do Turismo, Marcelo Alvaro Antonio, também participou do encontro com Bolsonaro, além do secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência, Flávio Rocha. Na oportunidade, Regina Duarte fez uma apresentação aos presentes de planos para o setor.

No mesmo dia em que Regina assumiu a Secretaria da Cultura, em março deste ano, Mantovani foi exonerado do cargo em que estava havia três meses – a presidência da Funarte. Na ocasião, quem assinou a exoneração foi Braga Netto, ministro chefe da Casa Civil.

A nomeação de Mantovani (depois revogada) desta segunda-feira (5) foi feita sem o conhecimento de Regina. Segundo apuração do blog da Andréia Sadi, Regina disse a aliados que "não entendeu" a nomeação.

Desde antes de aceitar o cargo, Regina Duarte vem sofrendo ataques da ala ideológica do governo. Recentemente, o próprio Bolsonaro passou a reclamar da secretária.

Semana passada, ao ser questionado se a atriz sairia do governo, o presidente respondeu: "Infelizmente, a Regina está em São Paulo, está trabalhando pela internet ali. E eu quero que ela esteja mais próxima. É uma excelente pessoa, um bom quadro", disse.

A assessoria de Regina afirma que ela voltou a despachar em Brasília.

**Fundação Palmares**

O Presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo disse a jornalistas na saída do Planalto que participou de um almoço com Regina e Bolsonaro.

Conforme Camargo, Regina apresentou planos para a Secretaria Especial da Cultura.

"Apresentou seus planos, projetos, fez um pequeno discurso, em seguida fomos para o almoço", disse Camargo.

Segundo Camargo, hoje ele teve uma "boa conversa" com a secretária.

"Somos do mesmo órgão, estamos sempre alinhados", declarou. Hoje não houve divergência, foi um almoço muito agradável", acrescentou.

O presidente da Fundação Palmares foi escolhido ainda na gestão do antecessor de Regina, Roberto Alvim, demitido após gravar um vídeo com inspiração nazista.

Em entrevista ao "Fantástico" no mês de março, Regina chamou Camargo de "ativista".

Questionada sobre o que pretendia fazer com o presidente da Fundação Palmares, a secretária disse na ocasião que Camargo era mais "ativista" do que "gestor público" e que estava "adiando esse problema".

**Áudio**

A revista Crusoé divulgou na internet um áudio de Regina Duarte com uma assessora. Nele, a assessora afirma que o outro nome já teria sido indicado para substituí-la, e Regina se mostra surpresa com a informação.

Assessora: Eu só acho o seguinte: qualquer decisão que você tomar, você vai falar olho no olho desse cara. O Edir Macedo indicou para ele um sujeito chamado Igor.

O POVO Estado do Rio de Janeiro

INFOPOVO LTDA
TEL: 3589- 5684 96445-2041
Email: contato@jornalpovo.com.br
CNPJ: 19.037.055/0001-02
Av. Graça Aranha, nº 206, sala 301

Expediente

PRESIDENTE: ROGÉRIO SANT'ANA
VICE PRESIDENTE: LUIZ GUEDES

EDITORA: Diana Pires
PROJETO GRÁFICO/DIAGRAMAÇÃO: Renato Ferreira
DIRETOR DE MARKETING: Antônio Novinho

WWW.JORNALPOVO.ONLINE

Zona Norte

# Menino de 4 anos morre com suspeita de Covid-19 no Rio

Um menino de 4 anos morreu nesta terça-feira (5) com suspeita de Covid-19. Rhyan da Silva Fraga estava internado no Hospital Municipal Menino Jesus, na Zona Norte do Rio.

A certidão de óbito de Rhyan atesta morte por infecção por coronavírus, pneumonia viral e síndrome respiratória aguda grave.

A família do garoto, porém, afirmou que o resultado do teste ainda não saiu. Parentes destacaram também que uma médica disse a eles que Rhyan sofreu uma arritmia cardíaca.

Segundo a Secretaria Estadual de Saúde, até esta terça-feira o RJ registrava 123 mortos e 12.391 casos confirmados -- há ainda 361 óbitos em investigação.

Avó de Rhyan, a auxiliar de serviços gerais Cristiane Ferreira lembrou que o neto era flamenguista e "adorava cantar a música do Gabigol".

"Ele era uma criança alegre, brincalhona. Saía todo ano de bate-bola com o pai. Ele era o mascote. E agora? Como? Acabou. Nunca mais vou poder ver ele na minha vida", disse.

A família conta que o menino deu entrada no hospital no dia 29 de abril com fortes dores na barriga. Na segunda-feira (4), uma médica perguntou ao pai se Rhyan tinha algum problema cardíaco. Na terça, o menino morreu.

Segundo a avó, a médica disse que não foi de Covid, que a causa da morte foi arritmia, mas que "eles colocam coronavírus por segurança".

Foto: Reprodução/TV Globo

Rhyan da Silva Fraga, morto com suspeita de Covid-19

Rhyan morava na Praça Seca e era bem conhecido por vizinhos e amigos da família. O caso dele viralizou: foram 3,4 mil compartilhamentos em pedidos de orações feitos pela família.

A Secretaria Estadual de Saúde confirmou, no Painel Coronavírus – disponível na internet – a morte de um bebê de 1 ano por causa do coronavírus, no Hospital Albert Schweitzer, em Realengo.

Além do bebê, uma menina de 9 anos morreu em Santo Antônio de Pádua; em Duque de Caxias, um menino de 12 anos e uma adolescente de 217 morreram, por causa de covid-19.

No total, segundo a secretaria, são 122 casos de crianças e adolescentes com coronavírus em todo estado, com 81 recuperados.

# MP pede para que Witzel e Crivella avaliem 'lockdown' no estado e na capital

O Ministério Público estadual (MPRJ) emitiu recomendações para que o governador Wilson Witzel (PSC) e o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) avaliem a possibilidade de realização de lockdown (fechamento total) no estado e na capital por causa da pandemia do novo coronavírus (covid-19). Ambos têm até esta quinta-feira para responderem ao MPRJ.

Nas duas recomendações, o Ministério Público pede para que o estado e o município elaborem, cada, um "estudo técnico devidamente embasado em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde, vigilância sanitária, mobilidade urbana, segurança pública e assistência social a justificar a tomada de decisão sobre a adoção ou não do bloqueio total (lockdown), como medida extrema do distanciamento social e de nível mais alto de segurança de natureza não farmacológica contra a disseminação do novo coronavírus, com a suspensão expressa de todas as atividades não essenciais à manutenção da vida e da saúde".

No pedido, o MPRJ quer que ambos os estudos abordem, pelo menos, as seguintes questões:

1. Objetivo de suspender qualquer atividade não essencial para a manutenção da vida e da saúde por um curto período de tempo (a ser definido)

2. Mensurar e planejar a desvantagem do lockdown em relação ao seu alto custo econômico, bem como o benefício imediato de evitar o aumento da contaminação da população fluminense, sendo calculada a estimativa de vidas que serão poupadas

3. Mensurar, especificar e apresentar cada vantagem do lockdown, como o fato de ser eficaz para redução das curvas de contaminação e morte da covid-10 e dar tempo para reorganização do sistema de saúde (em especial até que seja disponibilizado efetivamente a operação de todos os leitos previstos para o combate à doença)

4. Especificar as atividades essenciais que ficariam de fora dessa suspensão

5. Justificar tecnicamente as atividades essenciais que ficariam de fora do lockdown, incluindo os estudos que a embasaram, contemplando os impactos dessas medidas na transmissão do vírus com a circulação de pessoas por causa da continuidade das atividades indicadas como essenciais

6. Estabelecer a responsabilidade das pessoas físicas e jurídicas que não seguirem às normas sanitárias

7. Detalhar como será feita a fiscalização pelo poder público para assegurar que as medidas restritivas serão cumpridas

8. Detalhar um plano estratégico para transporte sanitário voltado a pacientes com a doença

9. Ser publicado no site oficial, para a divulgação e transparência da política pública adotada com informações atualizadas, de forma clara e acessível à população

10. Criar (caso ainda não exista) um conselho de especialistas para assessorar e deliberar, dentre outros temas, especificamente sobre o endurecimento e flexibilização de medidas de isolamento social

(incluindo o lockdown) no combate à pandemia

11. Prever a revisão de qualquer medida de isolamento/distanciamento social, em especial à liberação de atividades que venham a ser consideradas não essenciais, a partir da manifestação dos órgãos públicos competentes

REUNIÃO COM WITZEL

O MPRJ avisa que depois que receber os dois estudos irá avaliar com a Defensoria Pública estadual (DPRJ) as medidas extrajudiciais e/ou judiciais que poderão ser adotadas.

Ontem, em reunião com representantes do gabinete de crise do governo do estado, incluindo Witzel, o procurador-geral de Justiça, Eduardo Gussem, defendeu o endurecimento das medidas restritivas de distanciamento social no estado.

No encontro, Witzel explicou as dificuldades para a fiscalização das medidas em diferentes níveis, como no caso de carreatas, estabelecimentos comerciais e calçadão das praias, por exemplo. Depois da reunião, o governador anunciou que vai aumentar a fiscalização para punir quem está descumprindo as restrições.

# Campo Grande passa Copacabana e Bangu e lidera mortes pela covid-19 na capital

Foto: Ricardo Cassiano / Agência O Dia

Pacientes aguardam atendimento na UPA de Bangu

Campo Grande se tornou o bairro com o maior número de mortes pelo novo coronavírus (covid-19) na capital, com 38 óbitos. Nesta terça-feira, a região da Zona Oeste do Rio aparecia em terceiro lugar no registro de vítimas fatais da doença na cidade, atrás de Copacabana (37) e Bangu (36).

Dos 10 bairros com mais casos de mortes na capital, seis deles, aliás, são da Zona Oeste. Das 713 mortes registras na cidade 262 são da região, o que representa cerca de 37% do número de vítimas fatais.

De acordo com a prefeitura, toda a capital já tem 7.832 casos confirmados de covid-19. Dos pacientes internados, 567 estão hospitalizados em alguma unidade de saúde da rede municipal (147 em UTI), que tem 611 leitos. A idade médica dos infectados gira em torno dos 49,8 anos.

Veja os 10 bairros com mais mortes pela doença

1. Campo Grande: 38
2. Copacabana: 37
3. Bangu: 36
4. Realengo: 27
5. Tijuca: 26
6. Santa Cruz: 25
7. Barra da Tijuca: 22
8. Jacarepaguá: 14
9. Irajá e Recreio dos Bandeirantes: 12

Mesquita

# Polo de atendimento exclusivo à Covid-19 ultrapassa 5.700 atendimentos

É indiscutível a importância da adoção de um polo de atendimento exclusivo à Covid-19 no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. O objetivo é desafogar as emergências e os hospitais com casos que possam ser leves ou mesmo que nem tenham um diagnóstico clínico da doença. E, assim, evita-se ainda a contaminação de pessoas que precisem buscar as unidades de saúde em função de outros problemas. Em Mesquita, o projeto tem o apoio da Fiocruz. E os moradores que estão com sintomas leves de Covid-19, por exemplo, ficam em contato telefônico com a equipe de Vigilância Epidemiológica – que também visita as famílias.

"Alguns pontos são de extrema importância no controle da Covid-19 e o primeiro deles, onde começa todo esse trabalho para conter a pandemia, é ter um local de atendimento adequado, como o nosso polo. A partir dele, conseguimos mapear onde estão os casos com sintomáticos respiratórios, realizar os testes e isolar adequadamente essas pessoas, para frear essa contaminação", explica o secretário de Saúde de Mesquita, Dr. Emerson Trindade.

Foto: Arquivo pessoal

Pioneiro no estado do Rio, espaço mesquitense foi inaugurado em 23 de março

Inaugurado em 23 de março, o polo de atendimento exclusivo à Covid -19 da cidade foi o primeiro a ser implantado em todo o estado. Ele fica na Avenida União 525, no bairro Santa Terezinha, e funciona diariamente, ou seja, de segunda-feira a domingo, sempre das 8h às 20h. No espaço, os profissionais diagnosticam a população, encaminham para exames de imagem como raio-x e tomografia e realizam testes rápidos e SWAB (conforme protocolo do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado). Os profissionais também realizam, ali, a dispensação de medicamentos.

# COVID-19 - fiscais multam lojas comerciais que desrespeitaram decreto do prefeito

Fiscais da força tarefa multaram por desobediência uma loja de autopeças de carros na Avenida Duque de Caxias e uma de roupas na Avenida Plínio Casado

Agentes de fiscalização tributária da Prefeitura de Duque de Caxias multaram, nesta terça-feira (5), dois estabelecimentos comerciais que estavam desrespeitando o decreto do prefeito Washington Reis que proíbe o funcionamento do comércio não essencial no município, na batalha para evitar a disseminação do COVID-19 na cidade. Mais de 200 intimações já foram expedidas pela fiscalização.

Atuando diariamente no centro comercial e nas áreas urbanas dos distritos, fiscais da força tarefa multaram por desobediência uma loja de autopeças de carros na Avenida Duque de Caxias e uma de roupas na Avenida Plínio Casado, onde, na semana passada, uma loja de equipamentos para celulares já havia sido interditada. Além da multa, os comerciantes que insistirem em desobedecer ao decreto municipal poderão ter o alvará de funcionamento cassado.

Da força tarefa participam equipes das Secretarias Municipais de Fazenda, Transportes e Serviços Públicos e da Vigilância Sanitária, que contam com apoio da guarda municipal. Só está permitida a abertura do comércio essencial. Para funcionar, os funcionários dos estabelecimentos têm que usar máscara de proteção e só podem permitir a entrada de fregueses que também estejam usando a proteção estabelecida pelas autoridades de saúde para evitar a contaminação das pessoas.

# Moradores de Nova Cidade voltam a contar com ônibus para Nova Iguaçu

A empresa Nilopolitana retomou nesta segunda-feira (04), de forma parcial, a operação da linha 434. De forma a atender, principalmente os moradores de Nova Cidade, os veículos fazem o trajeto Nova Iguaçu x Olinda.

Sem poder circular desde o dia 21 de março, a linha 434, que originalmente faz o percurso Nova Iguaçu x Sulacap, faz parte do grupo de linhas suspensas pelo decreto que fechou as divisas do município do Rio de Janeiro para enfrentar o avanço do novo coronavírus. Com isso, todas as linhas intermunicipais que fazem a ligação com o Rio estão suspensas por tempo indeterminado.

Com a suspensão da linha, os moradores de Nova Cidade perderam a única linha de ônibus que ligava o bairro aos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita. Com a medida, a ligação está restabelecida. O valor da tarifa permanece em R$ 4,05 e o percurso é o mesmo, apenas tendo como ponto final a estação de Olinda, em Nilópolis

Foto: Divulgação

Principalmente os moradores de Nova Cidade, os veículos fazem o trajeto Nova Iguaçu x Olinda

Defensoria Pública

# Crise na Polícia Federal será argumento contra federalização do Caso Marielle

A crise provocada pelas mudanças no comando da Polícia Federal (PF) será usada pelas famílias da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, representadas pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro, como argumento contrário à federalização das investigações. No julgamento do caso marcado para o próximo dia 27, na 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STF), o defensor público Pedro Carriello, que fará a sustentação oral em nome das famílias, dirá que a confusão criada em torno da troca do diretor-geral da PF faz das instituições fluminenses - Polícia Civil e Ministério Público do Rio de Janeiro - um "ambiente mais seguro" para as investigações em andamento.

Na sessão por videoconferência marcada para o dia 27, uma quarta-feira, às 14 horas, os 10 ministros da 3ª Seção do STF decidirão sobre o Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) nº 24, nome técnico do pedido de federalização do caso Marielle, feito em setembro do ano passado pela então procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Um dos integrantes da Corte, que acompanha o debate interno sobre a questão, prevê que a investigação permanecerá com as autoridades do Rio de Janeiro. Para ele, o pedido de federalização deverá ser rejeitado por uma expressiva maioria.

Ao entrar com o ICD, Raquel Dodge alegou que, após mais de um ano do assassinato da parlamentar, os investigadores não haviam chegado nem aos mandantes, nem tampouco descobriram a motivação do crime. Dodge chegou a dizer que "eventual fracasso da persecução criminal do mandante importaria a responsabilização internacional do estado brasileiro". Também sustentou que havia indícios de envolvimento do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) afastado, Domingos Inácio Brazão, como mandante do crime. Relatório da PF mostrou que a disputa por pontos políticos estaria por trás da suspeita de um possível envolvimento de Brazão no duplo assassinato.

**Demora 'injustificável'**

Ao julgar se houve leniência por parte do Estado, requisito para alegar o incidente, de acordo com a Constituição Federal, o ponto fundamental a ser esclarecido, segundo ministros já ouvidos pelo GLOBO, é saber se houve demora injustificável ou não na investigação. As autoridades estaduais argumentam que não existiu inércia na apuração. Tanto o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) do MP do Rio quanto a Delegacia de Homicídios da Capital (DH) justificam que houve profissionalismo por parte dos executores na execução da vereadora e seu motorista, pois praticamente não deixaram rastros na cena do crime.

— Nesta reta final, vamos distribuir memoriais e tentar audiências virtuais com os ministros da 3ª Seção. No pedido de federalização, a própria Raquel Dodge reconheceu que o processo contra os acusados de execução (Ronnie Lessa e Élcio Queiroz) deveriam continuar na Justiça do Rio. Uma das nossas argumentações é que, pela complexidade dos fatos, não há como nomear um novo delegado, federal, para cuidar do resto do caso — sustenta o defensor Pedro Carriello.

Por lei, a investigação sobre assassinatos cabe às autoridades dos estados. Se o IDC for acolhido, sai das mãos da Delegacia de Homicídios da Capital e vai para a PF. De acordo com o estudo dos procuradores federais que dará embasamento ao pedido de Dodge, até 2017, foram submetidos ao STJ 15 procedimentos classificados como IDC. Os mais emblemáticos foram os incidentes para apurar os homicídios da norte-americana naturalizada brasileira, irmã Dorothy Stang, assassinada em Anapur (PA), em 2005, e o outro do vereador pernambucano e advogado ativista dos direitos humanos, Manoel Bezerra de Mattos Neto, em 2009, na divisa dos estados da Paraíba e Pernambuco. No primeiro caso, o STJ negou o pedido. No segundo, acolheu.

As famílias de Marielle (a mãe, Marinete da Silva, e a viúva, Mônica Benício) e de Anderson (Ágata Arnaus Reis) se posicionaram contra a federalização. "Não se pode, com seriedade, qualificar a atuação das instituições de investigação e persecução penal fluminenses como ineficiente, desinteressada ou sem compromisso", alegaram. Um dos acusados, Domingos Brazão, também consultado, preferiu não tomar partido.

O deputado federal Marcelo Freixo (PSol) posiciona-se contra a federalização do caso.

— Somos contra a federalização porque quem conhece o Rio é a polícia do Rio. A PF nunca se interessou pelo caso na gestão de Sergio Moro (então ministro da Justiça), com exceção da apuração que fez sobre a investigação estadual. O que sempre pedi foi a ajuda da Polícia Federal. Não precisa federalizar — frisa, argumentando:

— Se a PF tem instrumentos para ajudar, que trabalhe em cooperação. Com essa interferência política, em tentativa clara de proteger aliados e fala sempre muito bélica em relação a Marielle, não tem o menor cabimento se pensar em federalização e botar nas mãos de alguém ligado a Bolsonaro essa investigação. Temos a certeza que o STJ terá a prudência na hora de decidir.

Foto: Agência O Globo

A vereadora Marielle Franco foi assassinada em março de 2018

# Polícia investiga se 'pega' levou a atropelamento e morte de menino de 12 anos na Barra, Rio

A Polícia Civil do Rio de Janeiro investiga se a realização de "pegas" – corridas de carro não autorizadas – durante a pandemia da Covid-19 causou a morte de um menino na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Arthur Gusmão, de 12 anos, foi atropelado na sexta-feira (1), por volta das 15h. O garoto saiu de casa para andar de bicicleta na rua Célia Ribeiro da Silva, via paralela à Avenida das Américas.

O local fica nos fundos do condomínio onde o menino morava e é utilizado com frequência por moradores da região para atividades físicas, como caminhadas ou pedaladas.

A família de Arthur afirma que o jovem foi atropelado por um carro em alta velocidade e chegou a ser arremessado alguns metros do local da batida.

Nesta segunda-feira (5), o RJ2 foi ao local e encontrou pedaços do veículo ainda no chão da rua.

"Ele era um doce, um doce, um doce. Todos estão desolados em todas as escolas onde ele passou", contou a mãe de Arthur, Gil Gusmão.

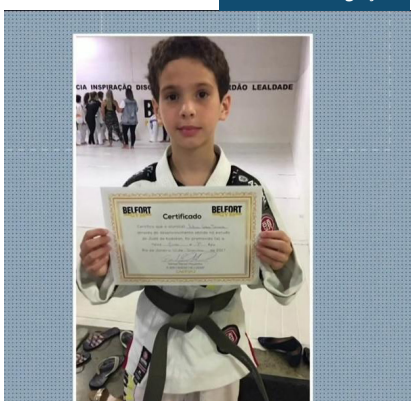
Segundo o advogado Renato Alves, que representa a família, as marcas no carro mostram que Arthur teria a preferência no trajeto.

"O carro do atropelador o pegou pela direita. A frente do carro estava amassada na parte da direita, o que indica que o Arthur estava trafegando à direita e ele deveria ter a preferência no caso de um trafego normal", pontuou Renato Alves.

**Câmeras de segurança**

Na delegacia, o motorista do carro que atropelou Arthur, de 22 anos, disse que o jovem foi para frente do veículo e que ele não conseguiu desviar.

Foto: Divulgação




No local, o condutor apresentou para os investigadores uma carteira de habilitação dos Estados Unidos e não o documento brasileiro.

A Polícia Civil vai analisar as imagens das câmeras de segurança que monitoram a via para desvendar o caso.

# PM prende homem apontado como chefe do tráfico de drogas da Vila Vintém, na Zona Oeste do Rio

A Polícia Militar prendeu na manhã desta quarta-feira (6) um homem apontado como chefe do tráfico de drogas da comunidade da Vila Vintém, na Zona Oeste do Rio. Além dele, outras duas pessoas também foram detidas.

Segundo a corporação, junto com os detidos, os policiais apreenderam 10 granadas, uma pistola e munição. Eles foram surpreendidos pelos agentes na comunidade durante a madrugada. Não há informações sobre feridos ou tiroteios pela manhã.

Em outra ação, policiais militares do 41º Batalhão (Irajá) também fizeram uma operação na comunidade do Juramento, em Vicente de Carvalho, na manhã desta quarta. Já na Baixada Fluminense, PMs do 39° Batalhão (Belford Roxo) estavam na comunidade do Colejão.

Em Niterói, na Região Metropolitana, agentes do Batalhão de Choque atuavam na comunidade da Igrejinha, em São Francisco.

Até a última atualização desta reportagem, não havia informações sobre prisões ou apreensões.

Futebol

# Manifesto dos jogadores é ambíguo quanto ao retorno, mas é explícito contra projeto de lei de Arthur Maia

Cássio, do Corinthians, e Felipe Melo, do Palmeiras, gravam vídeo para a Fifa

O manifesto da Federação Nacional dos Atlettas Profissionais de Futebol (FENAPAF) contou com a gravação de 15 jogadores para um texto de aproximadamente 600 caracteres. Muita gente interpretou que os jogadores posicionaram-se sobre o retorno ou não aos treinos e jogos. Deste ponto de vista, o manifesto é absolutamente ambíguo: "O povo brasileiro ama e quer o futebol de volta, nós também amamos e queremos voltar. Nossas famílias precisam de nós. Somos todos pelo trabalho, mas precisamos pensar na saúde de todos nós. Trabalho seguro, grandeza da nação."

**Um pé em cada canoa**

O manifesto é explícito e importante no que diz respeito ao projeto de lei 2520/2000 do deputado federal Arthur Maia (DEM-BA). Neste ponto, os jogadores tocaram na ferida. Aprovado em caráter de urgência, o que permite que vá diretamente ao plenário sem passar por nenhuma comissão em Brasília, o texto retira o artigo da lei Pelé que permite aos atletas rescindirem contratos no caso de o empregador atrasar mais de três meses os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Também retira o artigo 28 da lei Pelé, que obriga os clubes a pagar o restante do contrato integralmente em caso de rescisão unilateral. Pelo novo texto, os clubes passam a poder pagar 50% dos meses restantes dos contratos e em parcelas mensais. Ou seja, a multa não precisa ser paga no ato da rescisão. A nova lei que será votada na Câmara também permite mexer em contratos vigentes.

É disto que os jogadores trataram no manifesto. Explicitamente. O projeto de lei 2520/2000 prevê o congelamento das parcelas do Profut. "Mudar as leis sem ouvir a gente? Isso não é legal", diz o manifesto.

Por falta de mobilização durante décadas, os jogadores não entenderam que, infelizmente, é legal. Porque foi aprovado o regime de urgência de maneira como mandam os trâmites do Congresso Nacional. Pode não ser legal do ponto de vista de não ser bom. Mas só está dentro da legislação, porque nenhum jogador nem a federação nacional se manifestaram antes de chegar a este ponto no Congresso. O projeto de lei não é bom. Não mexe nas raízes dos problemas do futebol brasileiro. Pensa num socorro imediato e mexe com direitos dos jogadores, que bem poderiam se manifestar antes.

Assim como têm necessidade de serem mais explícitos sobre o retorno. São a favor de voltar aos treinos? São a favor de só voltar a jogar quando houver vacina? Um pé em cada canoa não serve para nada. Todo mundo é a favor de voltar com segurança. A pergunta é como será este processo.